

GAZETA MERCANTIL

Sarney defende uma solução negociada

por Walter Marques de Brasília

O Decreto-lei nº 2.012, que alterou a política salarial através da redução dos índices de reajuste automático de todas as faixas salariais, voltou a movimentar ontem os políticos e os sindicalistas em Brasília e em outros pontos do País. Pela manhã, no Ministério do Trabalho, o líder do governo na Câmara, Néelson Marchezan, acompanhado de 35 vice-líderes pedessistas, dialogou com o ministro Murillo Macedo sem chegar a uma definição sobre a negociação do texto do referido decreto-lei.

O presidente do PDS, senador José Sarney, defendeu ontem o decreto-lei, mas disse que deve ser buscada, através da negociação, "uma fórmula de solidariedade que leve em conta as dificuldades dos empresários". A alta fonte do PDS disse que, se o decreto-lei for rejeitado, o governo enviará outro ao Congresso Nacional.

Os parlamentares do PDS procuraram transmitir ao ministro a situação do decreto-lei no Congresso Nacional e sobretudo na Câmara dos Deputados, onde o governo não dispõe de maioria para aprová-lo e depende, para isso, do apoio de deputados oposicionistas. As lideranças do PDS deixaram claro para o ministro que não há clima para a aprovação do decreto-lei. Murillo Macedo, no entanto, manteve sua posição, reafirmando que no governo não se pensa em retirar o projeto do decreto-lei do Congresso para abrandá-lo como desejaria Néelson Marchezan. Até este momento, portanto, para o governo o Decreto-lei nº 2.012 está no Congresso para ser votado, aprovado ou rejeitado e não se cogita de mudá-lo. Alguns parlamentares chegaram a fazer sugestões sobre alterações no seu texto. Sugeriu-se a limitação do adicional de 10% do INPC apenas aos trabalhadores que ganham um salário mínimo. O deputado Herbert Levy propôs que o reajuste automático dos salários seja igual ao INPC mais o Índice Nacional de Produtividade. Dos 35 deputados que foram ao gabinete de Murillo Macedo, cerca de vinte usaram da palavra para fazer observações, às vezes críticas, em relação ao Executivo.

PDS DESCONTENTE

Segundo apurou este jornal, os parlamentares do PDS estão de fato descontentes com a atuação dos ministros da área econômica. Eles consideram o decreto-lei impopular e certamente pensam nos efeitos eleitorais que adviriam da decisão de apoiá-lo de forma incondicional. Por isso desejam alterá-lo, para poder negociar com as oposições. Além disso, pensam que os ministros da área econômica podem e devem abandonar o silêncio e esclarecer a população sobre a necessidade do decreto-lei. Trata-se de uma preocupação que revela a evidente indisposição dos parlamentares pedessistas de defenderem o projeto oficial, que já está em vigor desde o dia 1º de fevereiro.

E voz geral no PDS que o ministro Delfim Netto não está disposto a negociar o decreto-lei, ou seja, alterá-lo para voltar ao que era antes. O ministro Murillo Macedo tem feito declarações que vão no mesmo sentido. Resta a alternativa de barganhar o decreto-lei em troca da promessa do governo de enviar ou apoiar projeto de interesse das oposições e dos trabalhadores. Esta possibilidade foi indicada ontem pelo senador Marco Antônio Maciel, que falou aos jornalistas no Palácio do Planalto, onde foi recebido pelo secretário geral do Conselho de Segurança Nacional, general Danilo Venturini.

PRÓ-CUT

Ontem, sindicalistas de vários estados realizaram uma concentração no setor comercial Sul de Brasília para protestar contra a política salarial e o decreto-lei. Em seguida a comissão que organiza a Central Única de Trabalhadores foi ao Congresso para expressar o mesmo protesto às lideranças parlamentares. Depois, no Palácio do Planalto, tentaram mas não foram recebidos pelo ministro João Leitão de Abreu. Três membros do grupo foram recebidos pelo chefe de gabinete do ministro. No protocolo do Palácio do Planalto os sindicalistas deram entrada no abaixo-assinado dirigido ao presidente da República, com 500 mil assinaturas, contra o decreto-lei.